



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
AO SENHOR LUÍS SOLARI TUDELA
NOVO EMBAIXADOR DO PERU JUNTO DA SANTA SÉ
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO
DAS CARTAS CREDENCIAIS**

Sábado, 15 de Novembro de 1997

Senhor Embaixador

1. É-me grato acolhê-lo neste solene acto, no qual Vossa Excelência me apresenta as Cartas que o acreditam como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República do Peru junto da Santa Sé. Ao dar-lhe as minhas cordiais boas-vindas, quero agradecer as suas amáveis palavras, assim como a atenciosa saudação que o Senhor Presidente, Eng. Alberto Fujimori, quis fazer-me chegar por seu intermédio, a quem retribuo pedindo que se digne transmitir-lhe os meus melhores votos de paz e bem-estar para todo o nobre povo peruano.
2. É a segunda vez que Vossa Excelência exerce este honroso cargo de representar junto da Sé Apostólica a sua Nação, que gozou e goza ampla e profundamente da presença da fé católica na vida dos seus cidadãos e ofereceu à Igreja e à humanidade alguns admiráveis exemplos de santidade: Santa Rosa de Lima e São Martinho de Porres, São Toríbio de Mogrovejo, São João Macias e São Francisco Solano, a Beata Ana de Monteagudo e outros.
3. A Igreja no seu País, sob a guia solícita e prudente dos Bispos, trabalha com generosidade e entusiasmo no cumprimento da sua missão, fazendo assim que os valores morais e a concepção cristã da vida, tão arraigada ali, continuem a inspirar a vida dos cidadãos e quantos, duma ou doutra forma, desempenham responsabilidades de diverso grau, tenham em conta esses valores para construir dia após dia uma Pátria cada vez melhor, mais próspera, e na qual cada um veja plenamente respeitados os seus direitos inalienáveis.

A Igreja exerce a missão que lhe foi confiada pelo seu divino Fundador em diversos campos como, entre outros, a defesa da vida e da instituição familiar. Ao mesmo tempo, procura promover, baseando-se na sua Doutrina Social, a pacífica e ordenada convivência entre os cidadãos e entre as Nações. A mesma Igreja, que nunca pretende impor critérios concretos de governo, tem contudo o dever iniludível de iluminar a partir da fé o desenvolvimento da realidade social em que está imersa.

Nas suas palavras Vossa Excelência referiu-se ao facto de que a Nação peruana considera como uma riqueza os seus componentes multirraciais. Este facto exige uma atenção especial por parte dos governantes, para evitar que daí surjam injustas desigualdades e todos os cidadãos possam ter acesso às instituições e serviços públicos, como reconhecimento de que cada pessoa é dotada por Deus de uma dignidade, que nada nem ninguém pode violar.

A este respeito, a Igreja ensina que as estruturas institucionais devem dar «a todos os cidadãos a possibilidade efectiva de participar livre e activamente, dum modo cada vez mais perfeito e sem qualquer discriminação, tanto no estabelecimento das bases jurídicas da comunidade política, como na gestão da coisa pública e na determinação do campo e fim das várias instituições e na escolha dos governantes» (Conc. Ecum. Vat. II, Const. past. *Gaudium et spes*, sobre a Igreja no mundo actual, 75), o que comporta para os mesmos cidadãos «o direito e simultaneamente o dever que têm de fazer uso do seu voto livre em vista da promoção do bem comum» (*Ibid.*), e de aceder aos diversos serviços públicos, tais como a educação e a saúde. Neste sentido, exorto a continuar a trabalhar pela integração de todas as populações na vida nacional, sob algumas condições dignas para todos e respeitadas das tradições e culturas que formam esse rico tecido, o que ajudará, sem dúvida, a evitar o perigo de divisões entre o povo peruano e a superar possíveis tensões.

4. Vossa Excelência referiu-se também à luta que o seu Governo tem empreendido contra a pobreza. Com efeito, esta jamais pode ser considerada como um mal endémico, mas como a carência dos bens essenciais para o desenvolvimento da pessoa, imposta por diversas circunstâncias. A respeito disso, a Igreja sente como própria a difícil situação que atravessam tantos irmãos imersos nas redes da pobreza, e reafirma sempre, por fidelidade evangélica, o seu compromisso com eles como expressão do amor misericordioso de Jesus Cristo. Por isso, a Igreja mesma está junto daqueles que trabalham com seriedade para que a promoção humana seja um compromisso eficazmente assumido também pelas instituições sociais, em ordem a aliviar as precárias situações em que se encontram tantas pessoas e famílias.

A chaga moral e social da pobreza requer, sem dúvida, soluções de carácter técnico e político, fazendo com que as actividades económicas e os benefícios, que legitimamente geram, redundem de maneira eficaz no bem comum. Como escrevi na Mensagem para o *Dia Mundial da Paz de 1993*, «Um Estado — seja qual for a sua organização política e o seu sistema económico — permanece em si mesmo frágil e instável, se não demonstra uma contínua atenção pelos seus

membros mais débeis, e não faz tudo o que pode para garantir uma solução pelo menos às suas necessidades mais elementares» (n. 3). Contudo, não se deve esquecer que todas estas medidas seriam insuficientes se não fossem animadas pelos valores éticos e espirituais autênticos. Por isso, a erradicação da pobreza é também um compromisso moral, no qual a justiça e a solidariedade cristã desempenham um papel imprescindível.

5. No seu discurso, Vossa Excelência sublinhou que um dos objectivos da política exterior do seu País é a contribuição à paz e à segurança internacionais, assim como a promoção de vínculos de cooperação com todos os povos, em especial a inter-relação vicinal. Neste sentido, é-me grato recordar o valor do diálogo como veículo privilegiado para instaurar e manter relações pacíficas com as outras Nações, superando assim as possíveis controvérsias que possam surgir e tendo presente a importância da solidariedade e da cooperação internacional. Faço votos por que o processo que se desenvolve em Brasília possa chegar a bom termo, com a ajuda eficaz dos Países garantes, para pôr fim à controvérsia com a irmã Nação do Equador.

Por outro lado, a paz na ordem internacional exige actualmente numerosos contactos nos diversos foros. Com a participação activa no concerto das Nações e nas organizações que o configuram, consegue-se vencer a tentação do isolamento nacional, o que permite resgatar os povos da marginalização internacional e do seu empobrecimento (cf. Enc. *Centesimus annus*, 33). Isto não se limita aos aspectos económicos, mas deve aplicar-se também ao mundo das ideias, dos direitos fundamentais e dos valores. Não se deve esquecer, além disso, que a concórdia entre os povos será alcançada mais facilmente se as iniciativas diplomáticas forem acompanhadas por uma autêntica pedagogia da paz, que contribua para incrementar uma atitude de colaboração e harmonia entre todos.

6. Senhor Embaixador, no final deste encontro quero formular-lhe os meus cordiais votos pelo desempenho da sua missão junto da Sé Apostólica, sempre desejosa de manter e consolidar cada vez mais as boas relações já existentes com a República do Peru, e de ajudar a superar com boa vontade as dificuldades que possam surgir entre a Igreja e o Estado no seu País. Asseguro-lhe a minha oração ao Todo-poderoso para que, por intercessão de Nossa Senhora da Evangelização, tão venerada na Catedral de Lima, assista sempre com os seus dons Vossa Excelência e a sua ilustre família, os seus colaboradores, os Governantes e os cidadãos do seu nobre País, que recordo com grande afecto e sobre o qual invoco copiosas bênçãos do Altíssimo.